



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
03/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 15

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
03/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 15

Aos três dias do mês de julho de dois mil e catorze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:40 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho chegou à reunião pelas 10:05 horas, após a intervenção dos munícipes inscritos.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 13, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 13 DE JUNHO DE 2014
3. APROVAÇÃO DA ATA N.º 14, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 19 DE JUNHO DE 2014
4. REQ. N. 880/14, DATADO DE 13/06/2014 – PC N.º 7/12, DATADO DE 06/01/2012 – CARLOS ALBERTO DO NASCIMENTO TÃO
5. REQ. N. 900/14, DATADO DE 16/06/2014 – PC N.º 226/13, DATADO DE 18/07/2013 – CARLOS ALBERTO PEDROSA MONTEIRO

6. REQ. N. 2147/08, DATADO DE 15/07/2008 – PC N.º 627-08, DATADO DE 15/07/2008 – BRAUN'S SOHNE – PORTUGAL, LDA
7. REQ. N. 936/14, DATADO DE 20/06/2014 – PC N.º 32/14, DATADO DE 31/01/2014 – PORTUMOLDE - MOLDES PORTUGUESES, LDA.
8. REQ. N. 930/14, DATADO DE 19/06/2014 – PC N.º 220/14, DATADO DE 19/06/ – SEVLAIRES-PLÁSTICOS,LDA.
9. REQ. N. 919/14, DATADO DE 18/06/2014 – PC N.º 101/11, DATADO DE 22/03/2011 – CATARINA ALEXANDRA GUERRA BAROSA COSTA VAZ
10. REQ. N. 2194/08, DATADO DE 18/07/2008 – PC N.º 257/08, DATADO DE 18/07/2008 – BRAUN'S SOHNE – PORTUGAL, LDA
11. REQ. N. 2148/08, DATADO DE 15/07/2008 – PC N.º 256/08, DATADO DE 15/07/2008 – BRAUN'S SOHNE – PORTUGAL, LDA
12. REQ. N. 599/14, DATADO DE 29/04/2014 – PC N.º 133/14, DATADO DE 29/04/2014 – MÁRIO RUI BARREIROS
13. REQ. N. 874/14, DATADO DE 12/06/2014 – PC N.º 157/14, DATADO DE 09/05/2014 – ÂNGELA RODNITCHI
14. REQ. N. 903/14, DATADO DE 17/06/2014 – PC N.º 67/14, DATADO DE 07/03/2014 – JOSÉ ROSA SOARES
15. REQ. N. 879/14, DATADO DE 13/06/2014 – PC N.º 180/13, DATADO DE 13/06/2013 – BATISTAMOLDES, LDA.
16. REQ. N. 775/12, DATADO DE 07/05/2012 – PC N.º 50/12, DATADO DE 22/02/2012 – JAIME MANUEL RASCÃO PIEDADE
17. REQ. N. 1774/11, DATADO DE 01/09/2011 – PC N.º 304/08, DATADO DE 18/09/2008 – CONCEIÇÃO DE JESUS FERREIRA VARALONGA RAINHO
18. REQ. N. 663/14, DATADO DE 08/05/2014 – PC N.º 204/2014, DATADO DE 08/05/2014 – M.A.I. - MARQUES AZEVEDO IMOBILIÁRIA, LDA
19. REQ. N. 914/14, DATADO DE 18/06/2014 – PC N.º 214/14, DATADO DE 18/06/2014 – EDP – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A.
20. REQ. N.º 459/14, DATADO DE 31/03/2014 – PC N.º 102/14, DATADO DE 31/03/2014 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

21. REQ. N.º 462/14, DATADO DE 31/03/2014 – PC N.º 105/14, DATADO DE 31/03/2014 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
22. “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA” – CP N.º 06/2010” – APLICAÇÃO DE SANÇÃO CONTRATUAL POR ATRASO NA CONCLUSÃO DA EXECUÇÃO DA OBRA – DELIBERAÇÃO FINAL
23. ESPAÇOS DO CIDADÃO. PROPOSTA DE PROTOCOLO.
24. REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA. NÃO RECEPÇÃO PROVISÓRIA.
25. ALIENAÇÃO DE TERRENO – CONDIÇÕES DA HASTA PÚBLICA
26. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – REQUERENTE: PEDRO NUNO GRÁCIO VINAGRE
27. REQUALIFICAÇÃO DA RUA DAS LARANJEIRAS – PASSAGEM DE COLETOR
28. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
29. FRAÇÃO HABITACIONAL ANTERIORMENTE PROPRIEDADE DO IGAPHE – REGIME DE PROPRIEDADE RESOLÚVEL – VENDA DE FRAÇÃO AO MORADOR MARIA ALDINA FERNANDES FRANCISCO, RESIDENTE NO 4.º ANDAR DIREITO DO BLOCO 7, SITO NA AVENIDA DA LIBERDADE, CASAL DE MALTA.
30. ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012 COM O TEXTO *“PEDIDO DE SUBSÍDIO ANUAL EFETUADO PELA ASSOCIAÇÃO NOVO OLHAR II PARA SUPORTE DAS DESPESAS DECORRENTES DO TRABALHO DESENVOLVIDO PELO CENTRO SÓCIO SANITÁRIO PORTA AZUL”*
31. ANULAÇÃO DE GUIAS – DIVISÃO DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO
32. CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS: ÁREA DESPORTO
33. PROGRAMA DE ATIVIDADE FÍSICA 3.ª IDADE – 2014 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO
34. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Inscreveram-se e usaram da palavra os seguintes munícipes:

1 – Sr. Ernesto Conceição Silva, residente na Travessa dos Pimentas, n.º 9, Engenho, Marinha Grande, que abordou os seguintes assuntos:

- Há 2 anos que existe um abrigo da TUMG no Engenho, que está ao abandono, mas que faz falta do outro lado da escola, para as crianças. O abrigo está mal situado e não serve ninguém, pelo que deveria ser transferido para o outro lado.
- Desde o dia 23 de junho que as pessoas da Rua dos Pimentas se sentem incomodadas com um cheiro tóxico, cuja origem desconhece, não sabendo se é algum produto que é aplicado, mas a verdade é que incomoda. Já tinha acontecido o mesmo há 3 anos e agora voltou. Chamou a polícia e quando esta lá esteve o cheiro parou.
- Deixou uma saudação às coletividades marinhenses, que em conjunto com os pais, se substituem ao Estado e à autarquia para apoiarem os atletas, senão não conseguiriam ter o sucesso que têm.
- Perguntou se os ativos de distribuição de água, em alta e em baixa, são todos da Câmara, porque se forem então não há razão para os aumentos da água de que o Sr. Presidente da Câmara falou há dias.
- Entende que as repartições públicas deviam ter forma de fazer a leitura do cartão de cidadão, dispensando a entrega de fotocópias.
- A OIKOS diz que “a qualidade da água da bacia do Lis volta a piorar este ano”, e um deputado de Leiria denuncia despejos de suiniculturas, mas nada é feito e tudo continua na mesma, os faltosos vivem à custa daqueles que pagam os seus impostos.

2 – Sr. Joaquim Loureiro Andrade, residente na Praceta do Vidreiro, n.º 4, 2.º esq.º, Marinha Grande, que abordou os seguintes assuntos:

- Pedido de esclarecimento relacionado com as festas – pretende saber porque é que no dia do rallye foi colocada uma viatura a tapar o acesso às garagens dos moradores sem que estes tivessem sido avisados, tal como manda a lei. Na altura questionou uma pessoa da organização que lhe disse para se queixar à Câmara, e assim fez, mas não obteve qualquer resposta.
- Petição dos moradores da Praceta do Vidreiro – hoje enviou um e-mail para a Câmara, para o Presidente e para todos os Vereadores, com um mapa onde explica

o que os moradores pretendem com a petição que apresentaram há uns meses. Disse que pretendem tratamento igual ao dos moradores de outras ruas, onde existe a possibilidade de viragem à esquerda, conforme exemplos que apresentou.

Terminadas as intervenções dos munícipes inscritos, o Sr. Vereador Paulo Vicente respondeu o seguinte:

- ⇒ Abrigo da TUMG – é anterior à TUMG, é do tempo da concessão da JCDcaux e efetivamente não está lá a fazer nada. A TUMG tem prevista a colocação de mais abrigos de passageiros, designadamente na Rua dos Outeirinhos, e no local indicado também vai ser colocado um.
- ⇒ Rua dos Pimentas – o produto em causa não é da Câmara, uma vez que não usa produtos tóxicos, contudo vai pedir aos serviços para irem analisar a situação, solicitando que o avisem de imediato logo que se verifique novamente o cheiro.
- ⇒ Tarifas de água – não está previsto aumentá-las. A captação e distribuição de água é um serviço da Câmara, eventualmente haverá legislação para sair que recomendará o aumento das tarifas, embora seja de duvidosa legalidade que haja legislação a obrigar os municípios com estes serviços a aumentar as tarifas.
- ⇒ Água do Rio Lis – as águas balneares são regularmente analisadas e as nossas praias têm águas de qualidade, mesmo a água junto à foz do Rio Lis é de boa qualidade.
- ⇒ Acesso às garagens – a exposição dos Sr. Joaquim Andrade foi encaminhada para o Clube Automóvel da Marinha Grande, porque a divulgação do rallye e o condicionamento do trânsito era da sua responsabilidade, com recomendações para o futuro.
- ⇒ E-mail enviado hoje – leu o e-mail do Sr. Joaquim Andrade e disse que há uma situação que tem que mandar ver nos serviços. A petição foi decidida em função de um parecer técnico, e o ofício que lhe enviou na altura é a transcrição desse parecer técnico, que desaconselha a existência de traço descontínuo naquele local, pelo que tem que mandar analisar. Parte do estacionamento do ATRIUM é privado, faz parte do condomínio do prédio, e outra parte é público. Nesta rua a distância para a rotunda é muito pequena, ao contrário do que acontece na Av.ª Vítor Gallo, e não há bolsas de retorno para as viragens. De seguida leu o parecer técnico, lamentando que os moradores não o aceitem, mas à Câmara cabe avaliar as situações e dar as soluções mais adequadas.

O **Sr. Joaquim Andrade** interveio, perguntando quem autorizou o traço descontínuo no ATRIUM, uma vez que na Câmara ninguém sabe.

O Sr. Presidente também respondeu às questões colocadas pelos munícipes, do seguinte modo:

- ⇒ Comunga das palavras do Sr. Ernesto Silva na saudação às coletividades, referindo que a Câmara tudo fará para as apoiar.
- ⇒ Águas – são da Câmara, que tem investido e vai continuar, e que tudo fará para que não nos seja imposto o aumento de tarifas.
- ⇒ Cartão do cidadão – informou que a Câmara já dispõe de sistema de leitura.
- ⇒ Águas do Rio Lis – os faltosos têm que ser punidos e a Câmara tudo fará para isso.
- ⇒ Acesso às garagens no dia do rallye – as coisas não correram bem, mas não se podem criar obstáculos por 2 ou 3 horas, senão não se conseguirá fazer nada na Marinha Grande. Tudo será feito, em conjunto com o Clube Automóvel, para que se continue a realizar o rallye.

Sobre este assunto, o **Sr. Vereador Vítor Pereira** interveio, referindo que a logística das festas da cidade e do rallye é muito complicada, e foram feitas muitas reuniões para esse efeito. O Clube Automóvel da Marinha Grande ficou encarregue de combinar com as forças de segurança a interdição das ruas e fazer a divulgação dos avisos à população. Acredita que tenha havido algum descuido, e a situação apresentada fica registada, para que no próximo ano haja uma melhor resposta a alguns incómodos da população, se bem que havia um plano de emergência elaborado pela Proteção Civil Municipal para qualquer situação de emergência e que era do conhecimento de todos os intervenientes: PSP, CAMG, CMMG e coletividades.

O **Sr. Presidente** acrescentou que a Câmara tem a obrigação de defender a segurança das pessoas e foi isso que foi feito.



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Vereador Vítor Pereira abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Na anterior reunião fez um louvor e foi mal interpretado pelo Jornal da Marinha Grande, pelo que esclareceu que aquilo que parabenizou foram os atletas que não ganham nada e que praticam desporto pelo simples prazer de praticar desporto.
- ⇒ Deu os parabéns e incentivo a um ciclista da Marinha Grande, Emmanuel Rodrigues, que embora pratique num clube que não é daqui, conquistou recentemente uma medalha de bronze.

- ⇒ Divulgou os dados referentes às visitas aos espaços culturais, de janeiro a meados de junho deste ano, expressando a gratidão e satisfação pelos números alcançados. Mostrou preocupação pelo reduzido número de visitantes do Museu Joaquim Correia e da Galeria Municipal, referindo que está a ser analisado o porquê da pouca atratividade a este espaço. Em relação ao Museu Joaquim Correia, e depois de consultar a família, está a pensar instalar lá a Orquestra Juvenil, fazer concertos e colocar a ensaiar a Tertúlia dos Anos de Ouro, de modo a procurar uma maior atração de pessoas a este Museu.
- ⇒ Fez 2 convites aos presentes: para visitarem a mostra do mestre lapidário Octávio Botas, patente no Museu do Vidro, e o Pinhal das Artes, que é uma iniciativa bonita, relaxante e de grande qualidade.

O Sr. Vereador António Santos saudou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Fez suas as palavras do Sr. Ernesto Silva sobre as coletividades, dizendo que apoia os que ganham, os que participam e todos aqueles que por aí andam a praticar desporto por uma questão de saúde. É de apoiar e enaltecer.
- ⇒ Chamou a atenção para a falta de um candeeiro na praça, em S. Pedro de Moel, e de um ou dois junto à Ponte das Terceiras.
- ⇒ Divulgou a carta enviada por um município, sobre os efluentes da Marinha Grande que não podem ser despejados em Leiria, pretendendo saber qual o ponto de situação.
- ⇒ Chamou novamente a atenção para o lancil no Largo Ilídio de Carvalho, que continua na mesma, sem ser reparado.
- ⇒ Referiu a necessidade de reparar o buraco no pavimento da Av.^a Vítor Gallo, em frente à Farmácia Moderna.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira saudou todos os presentes e disse o seguinte:

- ⇒ Congratulou-se pelos atletas do Clube de Atletismo da MG, que no campeonato nacional de juvenis realizado no último fim-de-semana, conquistaram 9 medalhas de vice-campeões e campeões nacionais.
- ⇒ Congratulou-se pela vitória da jovem marinhense Magda Morgado Soares, que venceu no passado fim-de-semana, a prova de Saltos de Obstáculos nacional em equitação no escalão de pre-junior, sagrando-se campeã nacional.
- ⇒ Congratulou-se pelos patinadores da Escola Guilherme Stephens que se sagraram vice-campeões nacionais de Patinagem de Velocidade.
- ⇒ Congratulou-se pela medalha de bronze conseguida pelo jovem ciclista marinhense Emmanuel Rodrigues, em representação do Alcobaça Clube de Ciclismo, no Campeonato Nacional de Estrada de Ciclismo, no escalão de Juniores.

⇒ Sobre o regulamento da venda ambulante disse:

Na última reunião de Câmara a proposta de deliberação do executivo permanente sobre o regulamento da venda ambulante afirmava que tinham sido ouvidas cerca de dez entidades. Aprovamos o regulamento e seguiu para a agenda da Assembleia Municipal da passada sexta-feira. No início da Assembleia o Sr. Presidente da Câmara retirou da agenda porque, “não havia o parecer da DECO”.

Então se na reunião de Câmara aprovamos o regulamento e o executivo permanente não achou qualquer problema pois tinham sido ouvidas as entidades, sobretudo as entidades locais (Junta de Freguesia e ACIMG), embora não tivessem sido presentes os pareceres, qual a razão que depois retirou na Assembleia Municipal, quando faltava o parecer da DECO?

Apesar da afirmação que as entidades foram ouvidas, na documentação da Assembleia Municipal percebi que afinal não era possível tal ter acontecido, dado que as cartas a solicitar a audiência prévia foram escritas em 16 de junho. Como reunimos a 19 de junho, não cumpríamos os 15 dias que a lei determina. A Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia da Marinha Grande foi peremptória ao afirmar na Assembleia de Freguesia que não tinha tido tempo para ler o regulamento,

A retirada do ponto da Assembleia Municipal significou o assumir de que não tinham sido ouvidas as entidades. Perante esta situação, concluo que, ao proporem uma deliberação de Câmara com a afirmação de que foram ouvidas diversas entidades, tendo-se verificado, comprovadamente que, à data da reunião, isso não tinha sucedido, podemos interpretar que nem tudo o que se escreve e vem a reunião corresponde integralmente à verdade, o que é grave para um órgão como a Câmara Municipal.

É claro que se tratou de um processo que o executivo não preparou devidamente tendo-o remetido para a reunião apressadamente, passando por cima dos requisitos da lei, e sobretudo apresentando na proposta de deliberação argumentos falsos, que me levaram a votar favoravelmente um ponto da agenda, que trazia afirmações que não correspondiam à verdade. Por este facto, exijo que o processo não seja enviado para aprovação da Assembleia Municipal sem que volte a ser apreciado com os respetivos pareceres neste órgão executivo.

⇒ Sobre o estabelecimento de restauração e bebidas do Parque Mártires do Colonialismo, disse que recebeu informação de que vai ser adjudicada a exploração por hasta pública. Colocou algumas questões:

- a) Na nota de imprensa é referido que as condições podem ser consultadas no site da Câmara. Gostaria que o informassem em que local do site, porque não conseguiu encontrar.
- b) Há uns tempos atrás foi aqui dito que se faria a adjudicação com o mesmo procedimento que o Parque de Campismo da Vieira ou o restaurante da Zona Industrial, ou seja, por um período longo que permitisse a quem for adjudicado que faça as obras respetivas. As obras necessárias serão da

responsabilidade da Câmara ou do adjudicatário? Quais os custos destas obras?

- ⇒ Ainda sobre o abate das árvores, felicitou a Câmara pela solução encontrada nas duas árvores ao fundo desta rua, antes de chegar à Rotunda do Vidreiro, perto da saída da antiga Recauchutagem Seixa. Cortaram algumas raízes e contornaram outras com o passeio. Se têm feito isto e efetuassem o tratamento e a poda devidamente, poderíamos ter salvo muitas árvores, e evitado de ouvir do deputado municipal da CDU, dizer que *“o corte das árvores é mau de mais, que poderia até fazer uma providência cautelar, porque o que a Câmara fez é um crime”*.
- ⇒ Tivemos conhecimento nas Assembleias de Freguesia que a Câmara transferiu verbas para as Juntas, desde 21 de outubro passado até 18 de maio, pelo protocolo existente no ano anterior.
Quando os cabeças de lista do MpM às Juntas disseram que era uma questão de justiça prorrogar os protocolos existentes e que se não acontecesse a Câmara ficava com 160.000€, acharam um escândalo. O Sr. Presidente disse aqui e na Assembleia Municipal de 28 de fevereiro que *“... as Juntas ficaram sem transferências financeiras durante 5 meses devido à entrada em vigor da Lei 75/2013.”*
Agora assumiram que estavam errados, que afinal era possível transitar as verbas de 2013 e também era possível prorrogar os acordos de execução do mandato anterior até à entrada do novo. Ainda bem, mas foi preciso os candidatos do MpM às Juntas de Freguesia virem alertar que a Câmara estava a ficar com o dinheiro das Juntas?
Gostaria que o Senhor Presidente clarificasse quais os fundamentos legais que justificam as ordens de pagamento destas transferências, e quando foi deliberada em reunião de Câmara a dotação orçamental destes montantes?
- ⇒ Sobre o orçamento participativo: referiu que alguns munícipes o informaram que na sexta-feira passada receberam um documento sobre o orçamento participativo, datado de 2 de maio, igual ao que ele próprio recebeu e que exibiu. Perguntou qual foi o objetivo de enviar este documento no dia 26, para lhe proporem participar nas assembleias participativas de 13 e 23 de junho? Este convite não será demasiado tarde, ou é mesmo para não participarmos?
É mais um exemplo de má comunicação, com custos inerentes e sem qualquer eficácia.
Foi o único eleito que esteve presente nas 4 assembleias participativas. Se queremos envolver as pessoas temos de dar o exemplo, e não criticar pela pouca participação da população, quando nós próprios não o fazemos.
- ⇒ Na reunião de 20 de março questionou sobre o ponto de situação referente ao processo da munícipe Cristina Maria Sousa Ventura, referente a uma carta registada que enviou para a Câmara, datada de 12 de março de 2014, onde expõe

um problema que identifica por “invasão de terreno privado por esgoto a céu aberto”, na Rua do Olheirão, na Moita.

Na ata da reunião de 20 de março está escrito que o Sr. Vereador Paulo Vicente disse que *“é um assunto muito antigo, tem estado em contacto com o Presidente da Junta da Moita, não é um esgoto, trata-se de uma linha de água e a situação está a ser vista.”*

Na Assembleia de Freguesia da Moita realizada na semana passada, o Sr. Presidente da Junta disse que recentemente não recebeu nenhum contacto sobre o assunto.

Sugeriu que a Câmara patrocine uma reunião com o Presidente da Junta e com os proprietários, para conjuntamente encontrarem a solução para o problema da rua, que, como se diz, é muito antigo.

O Sr. Vereador Carlos Logrado saudou todos os presentes e disse que em vez de criticar vai lançar reptos para o aumento da eficácia do executivo, tendo mencionado o seguinte:

- ⇒ Realçou as coletividades e a sua atividade, referindo que a contribuição e o apoio da Câmara não caiem em saco roto, são eficazes, e se se puder dar mais, melhor. O retorno é bom, deve-se continuar, pelo menos o sucesso dos atletas assim o faz crer.
- ⇒ Sobre a participação nas festas da cidade, que elogiou, assim como o evento, é de realçar o modelo de apoio que as coletividades têm ao participar nestas iniciativas. Não é só utilizar o orçamento da Câmara mas sim apoiá-las no objetivo de as ajudar a captar financiamentos e meios. Tudo deverá ser feito para melhorar este grande evento da cidade.
- ⇒ Calendário de obras com impacto nas zonas turísticas – para o próximo ano devem ser pensadas com mais tempo e as obras devem ser planeadas.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** interrompeu esta intervenção, perguntando ao Sr. Vereador Carlos Logrado se quer que a Câmara planeie o tempo.

Este respondeu-lhe, dizendo que as intempéries nos outros concelhos devem ter sido noutra altura, porque esses concelhos conseguiram resolver as obras a tempo do início da época balnear. A sua intenção não é a crítica mas a chamada de atenção, para que isto não volte a acontecer no próximo ano. É uma imagem de falta de planeamento e de pouca eficácia para com os utilizadores destes espaços.

- ⇒ Obras da cidade associadas com o abate de árvores – a intervenção do deputado da CDU na Assembleia Municipal deixou-o feliz. O abate está a ser mal feito e sem um plano de informação à população sobre o que se vai fazer e quais os benefícios.

Relativamente às obras associadas ao abate de árvores perguntou:

- Que empresas é que estão a executar as obras diretamente ou a disponibilizar pessoas?
- São empresas do concelho da Marinha Grande?
- A existir, qual o tipo de contrato que foi feito com essas empresas?
- Quanto custa este trabalho?

⇒ Regulamento da venda ambulante – acompanhou mais ou menos o processo, porque a sua capacidade de intervir neles é muito reduzida. A informação que recebem é pouca e tem-na como verdadeira. Parece-lhe que há coisas que estão mal explicadas. Se os pareceres não chegaram a tempo de vir à reunião é grave, daí que questione:

- Existem ou não os pareceres?
- Foram todos pedidos e recebidos no prazo legal?
- Qual a posição da ACIMG e o que foi feito para conciliar posições, uma vez que aparentemente a associação é muito crítica?

Nesta altura o **Sr. Presidente** chamou a atenção do Sr. Vereador para o facto de já ter ultrapassado o tempo destinado à sua intervenção.

O **Sr. Vereador** referiu que ainda tinha mais questões, mas o Sr. Presidente não lhe permitiu continuar, dando de seguida a palavra aos restantes Vereadores que pretendem intervir.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho saudou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ Deu os parabéns aos atletas marinhenses e a todos os que participam e levam o nome da Marinha Grande aos mais diversos lugares. Salientou também como é bom ver tanta gente a praticar desporto no Parque da Cerca, o que constitui um bom exemplo para todos.
- ⇒ Disse que ainda não respondeu às questões da educação colocadas pelo Sr. Vereador Aurélio Ferreira porque, tal como ele tem o direito de escolher o momento para colocar as questões, também ela julga ter o mesmo direito de escolher o momento em que lhe vai responder, e vai ser nesta reunião pública, a primeira em que participa após a apresentação do requerimento.
- 1.ª questão – não há informação oficial sobre o encerramento de qualquer escola.
 - 2.ª questão – não nos foi solicitado qualquer parecer sobre a rede escolar.
 - 3.ª questão – a Câmara foi convocada para uma reunião da rede escolar, realizada em Coimbra, estando presente a Vereadora do pelouro e o Chefe da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, Dr. Pedro Jerónimo, resultando da mesma que não vai fechar qualquer escola no concelho. Esta participação é sempre concertada com a vontade dos agrupamentos e com o Município.

- 4.ª questão – a Carta Educativa não é mais do que um instrumento de ordenamento e planeamento de edifícios e equipamentos educativos municipais tendo em vista as necessidades educativas e de formação de cada município, e isso está a ser dia-a-dia assegurado pela Câmara.
- 5.ª questão – a programação do ano letivo 2014/2015, no que se refere a transportes, AEC's, ação social escolar e refeições escolares está em andamento, e tal como a Chefe da DFTI, Dr.ª Sandra Paiva disse na anterior reunião, estes assuntos estão a ser tratados mais cedo do que em anos anteriores. Estão previstas intervenções profundas em edifícios escolares em 2014 e também em 2015 e 2016, e ao contrário do que o Sr. Vereador Aurélio Ferreira diz no seu artigo não se preocupa só com o *hardware* mas também com o *software*. As visitas para levantamento das necessidades não foram *show-off*, estão a dar frutos, e vai fazer chegar ao Vereador, por e-mail, o calendário das intervenções.
- 6.ª questão – o Conselho Municipal de Educação já reuniu este ano. Deverá ser alargada a participação ao maior número de participantes, mas é uma opinião pessoal, uma vez que deverá ser uma decisão colegial, do próprio Conselho Municipal de Educação.

⇒ Esclareceu que não quer cortar o fio de raciocínio do Vereador Carlos Logrado e que gosta de o ouvir, mas aquilo que diz é retórica, porque o que refere nos seus reparos é aquilo que se faz todos os dias, no sentido de fazer sempre melhor, cultivando um espírito de solidariedade para com o Vereador e o Presidente da Câmara.

O Sr. Vereador Vítor Pereira agradeceu a explicação da Sr.ª Vereadora Alexandra e disse que são solidários com todos, e têm que o ser, porque não estão aqui para defender projetos pessoais mas sim os interesses das populações da Marinha Grande e tentar fazer o melhor que sabem e podem. Tem que se manter e cultivar esta solidariedade. Cada um dos partidos tem a sua posição e alguns até com posições diferentes entre si. Este trabalho é árduo, não é fácil, vai muito além da escrita nos jornais, apesar de os artigos serem bons e alertarem para algumas situações. Lançou o apelo para que se trabalhe mais em prol dos marinhenses e da Marinha Grande.

A terminar pediu desculpa a todos os presentes por não os ter cumprimentado no início da sua intervenção.

O Sr. Vereador Carlos Logrado pediu para intervir, no exercício do direito de defesa da honra, e disse que agradecia as palavras do Sr. Vereador Vítor Pereira e da Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho, e que de retórica estavam conversados. Referiu que estes Vereadores não têm o cuidado de não interromper as intervenções dos outros Vereadores, mas que talvez seja propositado. São pagos para fazer este trabalho, não dão nada a ninguém, e têm também a componente de apoio à sociedade.

Esta intervenção foi interrompida por protestos de alguns Vereadores.

Após retomar a palavra, o **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que aqui trabalha por serviço à comunidade, pelo qual recebe as senhas de presença, e faz-se substituir sempre, o + Concelho está sempre presente.

O **Sr. Presidente** chamou a atenção do Sr. Vereador Carlos Logrado porque ultrapassou o tempo da sua intervenção.

Na sequência dessa intervenção seguiram-se pedidos de alguns Vereadores para intervirem, o que foi aceite, tendo o Sr. Presidente referido que este jogo de palavras nada traz ao Município.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** respondeu ao Sr. Vereador Carlos Logrado sobre a questão de ser mal-educado, dizendo que não se revê nessa afirmação, inclusive para com a deputada do + Concelho na Assembleia Municipal, com quem já esclareceu a situação. Não foi mal-educado, apenas disse a verdade. Não está nada interessado nesta discussão, que só desprestigia o executivo perante os munícipes, pelo que lhe recomenda que guarde para si toda a capacidade técnica e de gestão do Município.

O **Sr. Presidente** chamou novamente a atenção para o facto de o período de antes da ordem do dia ter uma duração de 60 minutos e já terem sido ultrapassados.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** pediu também para intervir, referindo que o Sr. Vereador Carlos Logrado esteve ausente e vem agora aqui à reunião chamar a atenção dos seus “empregados”, mas quer-lhe dizer que não é seu “empregado” nem está aqui para fazer “show”.

Prosseguiu com as seguintes respostas:

- ⇒ Tomou nota dos reparos do Sr. Vereador António Santos. Informou que há legislação nova sobre a recolha de efluentes. Há várias empresas que os recolhiam na Marinha Grande e depositavam-nos na SIMLIS, agora a Entidade Gestora, que é a Câmara, é que tem essa responsabilidade, e já está um concurso aberto para essa prestação de serviços. Esta informação já foi respondida aos munícipes que contactaram a Câmara.
- ⇒ Candeeiros – foram retirados os do estuarino por causa das obras mas vão ser repostos.
- ⇒ Regulamento da venda ambulante – não é verdade o que o Sr. Vereador Aurélio Ferreira diz. A Câmara elabora o regulamento e submete-o à Assembleia Municipal, para aprovação. A Chefe da D.A.M. disse aqui que os pareceres já tinham sido pedidos, não só às entidades obrigatórias. Foram recebidos os pareceres das entidades obrigatórias, ainda não veio o da DECO.

- ⇒ Café do Parque – a hasta pública está marcada para o próximo dia 25 de julho, às 10:00 horas, e o caderno de encargos está publicado no site da Câmara.
- ⇒ Árvores – não é por o Sr. Vereador dizer as coisas que elas são verdade. Não se abatem árvores só por abater, houve queixas das pessoas.

O **Sr. Presidente** interveio e envolveu-se em troca de palavras com o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** sobre a audição das entidades relativamente ao regulamento da venda ambulante, dizendo que é mentira aquilo que o Vereador diz, retorquindo este que é mentira que tenham sido ouvidas as pessoas como está na deliberação.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** disse que não está só na deliberação, também está no preâmbulo do regulamento que o Sr. Vereador Aurélio Ferreira não aprovou porque é a Assembleia Municipal que o aprova.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** interrompeu e disse que é mentira aquilo que veio à reunião.

O Sr. Vereador Paulo Vicente protestou por ter sido interrompido pelo Sr. Vereador Aurélio Ferreira e envolveram-se os dois em trocas de palavras.

Depois prosseguiu respondendo às seguintes questões:

- ⇒ Rua do Olheirão – é uma situação de há longos anos, já foram dados materiais para utilização e que não foram aplicados, pelo que irá reunir-se com as pessoas.
- ⇒ Obras na costa – não se planeiam as tempestades. Houve negociações com a APA – Agência Portuguesa do Ambiente para a realização destas obras e para o lançamento dos concursos, e neste momento estamos em condições para as fazer. Há situações idênticas na Costa da Caparica e no Pedrógão. A Câmara tem a preocupação da segurança e também de que as praias possam ser utilizadas.
- ⇒ Resposta ao Sr. Vereador Carlos Logrado – informou que as obras na Ribeira das Bernardas, na Av.^a da Liberdade e na Av.^a Vítor Gallo foram lançadas por concurso público, com um preço base de 116.760,43 €, tendo sido adjudicadas à empresa MJFT – Construções Unipessoal, pelo valor de 91.838,98 €.
- ⇒ Regulamento – vai reunir com a ACIMG para esclarecer algumas situações referidas no seu parecer.
- ⇒ Obras na antiga J. Ferreira Custódio – já começou a empreitada, que abrange a remodelação de todas as infraestruturas das ruas adjacentes.
- ⇒ Informou que também já começou a obra de remodelação da Rua das Laranjeiras, com ligação do saneamento ao Bairro Paixão, que não tinha. Estão também a decorrer as obras da Rua da Mãe d'Água, Rua Januário Martins, Jardim Luís de Camões e Estrada Atlântica. Este fim-de-semana o

trânsito na Ponte das Tercenas irá estar condicionado para a realização de pinturas.

- ⇒ WC's de S. Pedro de Moel – já começou a obra. As obras na costa também vão começar assim como a obra da Rua da Panificadora.

O Sr. Presidente também respondeu a algumas das questões colocadas, informando o seguinte:

- ⇒ O concurso para o antigo salão de chá está no site da Câmara.
- ⇒ As transferências para as Juntas só foram feitas quando se obteve o esclarecimento do Secretário de Estado, não foi por pressão de ninguém, uma vez que não havia base legal para o fazer.
- O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** interrompeu dizendo que houve outras autarquias que o fizeram.
- ⇒ O Sr. Presidente prosseguiu referindo, sobre o abate das árvores, que um dia mais tarde se fará o balanço entre o que foi cortado e plantado e então se verá se não é francamente positivo.
- ⇒ Sobre o regulamento pensa que está amplamente esclarecido, foi aqui dito que a Câmara não tinha alguns pareceres, daí que o ponto tenha sido retirado da ordem do dia da Assembleia Municipal, embora isso talvez não conviesse a algumas pessoas.
- ⇒ Terminou dizendo que está aqui colocado pela população da Marinha Grande e não porque o Sr. Vereador Carlos Logrado quer.

De seguida anunciou que ia dar por concluído o período de antes da ordem do dia, cujo tempo de duração já foi largamente ultrapassado.

Alguns dos Srs. Vereadores pediram para proferir declarações para a ata, o que foi aceite.

O Sr. Vereador Vítor Pereira declarou o seguinte:

“Foi afirmado pelo Sr. Vereador Carlos Logrado que eu teria faltado a reunião da Câmara Municipal e não teria tido a preocupação de ser substituído. Faltei uma vez por motivo de doença e estou substancialmente longe do record do Vereador Carlos Logrado. Solicito o devido e necessário parecer jurídico do Chefe da Divisão Jurídica e de Comunicação, Dr. Miguel Crespo, no sentido de esclarecer o Sr. Vereador Carlos Logrado que os Vereadores a tempo inteiro, em situações pontuais, não poderão ser substituídos.”

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
03/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 15

O Sr. Vereador Carlos Logrado declarou o seguinte:

“Para clarificar a declaração anterior do Vereador Vítor Pereira, quero declarar que em nenhum momento afirmei que a falta à reunião seria ilegal ou ilícita, é o contrário, tenho conhecimento que a falta à reunião foi motivada por doença, no entanto, mesmo em algumas dessas situações, quando se conhecem, nos podemos e devemos fazer substituir mesmo que a lei não o determine.”

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira declarou o seguinte:

“Uma vez mais fui apontado de mentiroso sobre o projecto de regulamento da venda ambulante aprovado na última reunião. Relembro que na ata da reunião passada está escrito, e passo a citar: «Em sede de audiência de interessados, e em cumprimento do disposto no n.º 8, do artigo 20º, da Lei n.º 27/2013, de 12 de abril, foram ouvidas a Associação de Vendedores Ambulantes Portugueses, a Deco-Associação Nacional de Defesa do Consumidor, a Federação Nacional das Associações de Feirantes e a Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande. Foram ainda consultadas as Freguesias do território da Marinha Grande, as Forças de Segurança, a Agência Portuguesa do Ambiente e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P..».

Logo, se foram ouvidas queria dizer que os pareceres existiam, foi nesse contexto que votei favoravelmente, no entanto na documentação da Assembleia Municipal está anexo a carta que foi enviada a estas entidades, escrita no dia 16/06/2014, e que por lei teriam 15 dias para fazer a audiência prévia, logo era impossível que no dia 19/06/2014 pudéssemos afirmar que estas entidades foram ouvidas.”

O Sr. Vereador Paulo Vicente declarou o seguinte:

“Relativamente à declaração anterior reafirmo tudo o que anteriormente referi sobre o projeto do Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho não Sedentária.

Foi esclarecido nessa reunião e comprovado pelo Vereador Aurélio Ferreira com o ofício de 16/06/2014 que as entidades foram ouvidas. Foi ressalvado o facto de se até à data da Assembleia Municipal não se recebesse os pareceres o ponto não iria a discussão.”

Após esta declaração, o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** protestou, dizendo que isso não é verdade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Nesta altura o Sr. Presidente interrompeu a reunião, para um breve intervalo, que decorreu das 11:45 horas às 12:00 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
03/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 15

Retomada a reunião, e antes de prosseguir com a ordem do dia, o Sr. Presidente prestou as seguintes informações:

- ⇒ Não participou em 2 assembleias do Orçamento Participativo porque uma delas foi coincidente com uma consulta médica e a outra coincidiu com o jantar da semana dos moldes, para que foi convidado.
- ⇒ Deslocaram-se ao BES para convidar a instituição a participar com a Câmara na semana do design, dentro do que será a marca da Marinha Grande, e ontem foram a Avintes, à Barbosa & Almeida, endereçar o mesmo convite. Nas duas instituições tiveram boa receptividade à iniciativa, que já conta com o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Sr. Presidente da República.
- ⇒ A adesão do Município da Marinha Grande à Pool-net virá a uma próxima reunião.
- ⇒ Na próxima semana uma comitiva da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, liderada pelo seu Presidente, visitará a Marinha Grande, estando desde já todos convidados para a receção.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 13, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 13 DE JUNHO DE 2014

534 - Presente a ata n.º 13, da reunião extraordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 13 de junho de 2014, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 14, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 19 DE JUNHO DE 2014

535 - Presente a ata n.º 14, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 19 de junho de 2014, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**4 - REQ. N. 880/14, DATADO DE 13/06/2014 – PC N.º 7/12, DATADO DE 06/01/2012 –
CARLOS ALBERTO DO NASCIMENTO TÃO**

536 - Presente pedido com os registos n.º 556/14 e n.º 880/14, datados de 2014/04/21 e 2014/06/13, relativo ao **licenciamento obra de construção de moradia e muros de vedação**, no prédio sito na Rua dos Coelhoos, lugar de Marinha Pequena, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 9.651 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 3.956, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 7/12, com data de entrada de 2012/01/06, apresentado por **CARLOS ALBERTO DO NASCIMENTO TÃO**, com o NIF 137455534, residente na Rua Alves Redol, n.º 13 R/C esquerdo, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 2014/02/20.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente informação técnica, datada de 2014/06/20, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 2014/05/28, que atesta terem sido assegurados os condicionalismos presentes na deliberação de aprovação do projeto de arquitetura.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento da obra de construção de moradia e muros de vedação, no prédio sito na Rua dos Coelhoos, lugar de Marinha Pequena, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 9.651 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 3.956, da referida freguesia de Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 7/12, com data de entrada de 2012/01/06, apresentado por **CARLOS ALBERTO DO NASCIMENTO TÃO**, com o NIF 137455534, residente na Rua Alves Redol, n.º 13 R/C esquerdo, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 2014/02/20.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2- Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando, também, a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3- Quando do início da construção, após abertura das fundações, deverá solicitar-se a deslocação dos serviços responsáveis da Câmara à obra, para verificação da implantação.

4- Deverá assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de setembro, Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto.

5- Deverá assegurar a execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N. 900/14, DATADO DE 16/06/2014 – PC N.º 226/13, DATADO DE 18/07/2013 – CARLOS ALBERTO PEDROSA MONTEIRO

537 - Presente requerimento n.º 900/14, datado de 2014/06/16, constante do processo camarário n.º 226/13, subscrito por **CARLOS ALBERTO PEDROSA MONTEIRO**, com o NIF 133934225, residente na Rua das Gaivotas, n.º 2, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referente ao **pedido de licenciamento da obra de “Alteração e ampliação de moradia unifamiliar”** existente, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua da Foz, n.º 15, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 6.140 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2.365, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2014/06/19, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de **“Alteração e ampliação de moradia unifamiliar”** existente, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua da Foz, n.º 15, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 6.140 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2.365, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com o número de processo 226/13, com data de entrada em 2013/07/18, apresentado por **CARLOS ALBERTO PEDROSA MONTEIRO**, com o NIF 133934225, residente na Rua das Gaivotas, n.º 2, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 94.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, as obras de construção civil nas praias de S. Pedro de Moel, Praia da Vieira e Água de Madeiros, são suspensas do dia 1 de julho a 31 de agosto.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N. 2147/08, DATADO DE 15/07/2008 – PC N.º 627-08, DATADO DE 15/07/2008 – BRAUN'S SOHNE – PORTUGAL, LDA

538 - Presente requerimento n.º 2147/08, datado de 2008/07/15, constante do processo camarário n.º 627-08, subscrito por **BRAUN'S SOHNE – PORTUGAL, LDA.**, com o NIPC 507540891, com sede na Rua dos Metalúrgicos, n.º 1, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referente ao **pedido de emissão de Certidão de Destaque** de prédio rústico, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2979 e inscrito na respetiva matriz predial rústica sob o n.º 2710, sito no lugar de Outeiros da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2014/06/19, propondo que se notifique o requerente, para se pronunciar sobre a não emissão da certidão de destaque requerida, dado a operação de destaque pretendida, não verificar a condição referida no n.º 4 do art. 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, visto que uma das parcelas a constituir, referenciada como “*Parcela a destacar*”, não confrontar diretamente com arruamento público.

Após análise do “*Pedido de emissão de certidão de destaque de parcela*”, a incidir sobre um prédio rústico sito no lugar de Outeiros da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2.979 e inscrito na respetiva matriz predial rústica sob o artigo n.º 2.710, sito no lugar de Outeiros da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, com o número de processo 627-08, apresentado por BRAUN'S SOHNE – PORTUGAL, LDA., com o NIPC 507540891, com sede na Rua dos Metalúrgicos, n.º 1, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico datado de 2014/06/19, a Câmara Municipal delibera NOTIFICAR o requerente, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre a intenção de não mandar emitir a certidão de destaque requerida, em virtude da operação de destaque solicitada, não garantir o cumprimento do disposto no n.º 4 do art. 6.º do Decreto - Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro,

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 03/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 15

alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, dado uma das parcelas a constituir, referenciada como “*Parcela a destacar*”, não confrontar diretamente com arruamento público.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N. 936/14, DATADO DE 20/06/2014 – PC N.º 32/14, DATADO DE 31/01/2014 – PORTUMOLDE - MOLDES PORTUGUESES, LDA.

539 - Presente pedido com o registo n.º 936/14, datado de 20/06/2014 relativo a licenciamento e legalização de alterações a uma unidade industrial, sita na estrada da Nazaré, n.º 222, lugar da Amieirinha, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19.889 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.761-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 32/14, com data de entrada de 31/01/2014, apresentado por **PORTUMOLDE - MOLDES PORTUGUESES, LDA.**, com o NIPC 500 727 236, com sede na rua Augusto Costa, lugar de Picassinós, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara datada de 16/04/2014;

Presente informação técnica, datada de 24/06/2014, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 30/06/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto - Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a licenciamento e legalização de alterações a uma unidade industrial, sita na Estrada da Nazaré, n.º 222, lugar da Amieirinha, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19.889 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.761-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 32/14, com data de entrada de 31/01/2014, apresentado por **PORTUMOLDE - MOLDES PORTUGUESES, LDA., com o NIPC 500 727 236, com sede na rua Augusto Costa, lugar de Picassinós, freguesia e concelho da Marinha Grande.**

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também

a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

4.- Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N. 930/14, DATADO DE 19/06/2014 – PC N.º 220/14, DATADO DE 19/06/ – SEVLAIRES-PLÁSTICOS,LDA.

540 - Presente pedido com o registo n.º 930/14, datado de 19/06/2014 relativo a **legalização de alteração e ampliação de uma unidade industrial**, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19913 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19837-P, sito na rua Nova do Moinho de Cima, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 220/14, com data de entrada de 19/06/2014, apresentado por **SEVLAIRES-PLÁSTICOS, LDA**, com o NIPC 502 320 222, com sede em Pedrulheira, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 30/06/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a **legalização de alteração e ampliação de uma unidade industrial**, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19913 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19837-P, sito na Rua Nova do Moinho de Cima, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 220/14, com data de entrada de 19/06/2014, apresentado por **SEVLAIRES-PLÁSTICOS, LDA**, com o NIPC 502 320 222, com sede em Pedrulheira, freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1.- Deverá assegurar a execução de passeio, ao longo da totalidade da frente do prédio confinante com a rua Nova do Moinho de Cima, com as dimensões, traçado e características a definir pelos serviços técnicos da Câmara, de acordo com o projeto de requalificação viária atualmente em curso;

2.- O alinhamento dos muros de vedação confinantes com a rua Nova do Moinho de Cima deverá garantir um afastamento mínimo de 5,50 m ao eixo da via e a sua execução deverá ser precedida de pedido de alinhamento aos serviços municipais.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

15 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

4.- Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N. 919/14, DATADO DE 18/06/2014 – PC N.º 101/11, DATADO DE 22/03/2011 – CATARINA ALEXANDRA GUERRA BAROSA COSTA VAZ

541 - Presente requerimento n.º 919/14, datado de 2014/06/18, constante do processo camarário n.º 101/11, subscrito por CATARINA ALEXANDRA GUERRA BAROSA COSTA VAZ, com o NIF 207047642, residente na Alameda da Fonte Velha, n.º 22-A, Quinta da Beloura, freguesia de S. Pedro de Penaferrim, concelho de Sintra, referente ao **pedido de licenciamento das alterações à obra de “Ampliação e remodelação de uma moradia unifamiliar”** existente, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Central, n.º 37, lugar de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14.829 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 7.851, da freguesia e concelho de Marinha Grande, cujas alterações apresentadas ao projeto de arquitetura foram aprovadas por deliberação camarária datada de 2013/11/14. Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2014/06/30, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “Ampliação e remodelação de uma moradia unifamiliar” existente, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Central, n.º

37, lugar de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14.829 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 7.851, da freguesia e concelho de Marinha Grande, com o número de processo 101/11, com data de entrada em 2011/03/22, apresentado por CATARINA ALEXANDRA GUERRA BAROSA COSTA VAZ, com o NIF n.º 207047642, residente na Alameda da Fonte Velha, n.º 22-A, Quinta da Beloura, freguesia de S. Pedro de Penaferrim, concelho de Sintra, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Instalação do recetáculo postal domiciliário executado de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.
2. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N. 2194/08, DATADO DE 18/07/2008 – PC N.º 257/08, DATADO DE 18/07/2008 – BRAUN'S SOHNE – PORTUGAL, LDA

542 - Presente requerimento n.º 2194/08, datado de 2008/07/18, constante do processo camarário n.º 257/08, subscrito por BRAUN'S SOHNE – PORTUGAL, LDA., com o NIPC 507540891, com sede na Rua dos Metalúrgicos, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, a solicitar o licenciamento da obra de “*Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação*”, incidente sobre uma parcela de terreno a constituir através de operação de destaque (parcela remanescente com a área de 7.510,00m²) de um prédio rústico sito no lugar de Outeiros da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2.979 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2.710 da respetiva freguesia. Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/06/13, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “*Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação*”, incidente sobre uma parcela de terreno a constituir através de operação de destaque (parcela remanescente com a área de 7.510,00m²) de um prédio rústico sito no lugar de Outeiros da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria,

concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2.979 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2.710, da freguesia de Vieira de Leiria, com o número de processo 257/08, com data de entrada em 2008/07/18, apresentado por BRAUN'S SOHNE – PORTUGAL, LDA., com o NIPC 507540891, com sede na Rua dos Metalúrgicos, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico datado de 2014/06/13, a Câmara Municipal delibera notificar o requerente, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos do n.º 5 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – RJUE, designadamente por ausência de arruamento que confronte diretamente com a parcela de terreno a destacar, constante do processo camarário n.º 627-08 (pedido de certidão de destaque), não sendo viável a constituição das duas parcelas propostas a destacar e remanescente, inviabilizando, consequentemente, a presente pretensão.

Mais delibera informar que, nos termos do n.º 1 do art. 25.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, a pretensão poderá vir a ser deferida, caso o requerente, em sede de audiência prévia, se comprometa a realizar os trabalhos necessários ou a assumir os encargos inerentes à execução das infraestruturas em falta, bem como os encargos de funcionamento das mesmas por um período de 10 anos, nomeadamente as relativas às obras de urbanização que contemplem a execução de arruamento público de ligação da Rua Serração do Liz (atualmente uma rua sem saída) e a Rua das Samouqueiras (atualmente a terminar na Travessa da Indústria), a ser elaborado de acordo com as orientações dadas pelos respetivos serviços técnicos camarários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N. 2148/08, DATADO DE 15/07/2008 – PC N.º 256/08, DATADO DE 15/07/2008 – BRAUN'S SOHNE – PORTUGAL, LDA

543 - Presente requerimento n.º 2148/08, datado de 2008/07/15, constante do processo camarário n.º 256/08, subscrito por BRAUN'S SOHNE – PORTUGAL, LDA., com o NIPC 507540891, com sede na Rua dos Metalúrgicos, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, a solicitar o licenciamento da obra de *“Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação”*, incidente sobre uma parcela de terreno a constituir através de operação de destaque (parcela a destacar com a área de 9.620,00m²) de um prédio rústico sito no lugar de Outeiros da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2.979 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2.710, da referida freguesia de Vieira de Leiria.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/06/13, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de *“Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação”*, incidente sobre uma parcela de terreno a constituir através de operação de destaque (parcela a destacar com a área de 9.620m²) de um prédio rústico sito no lugar de Outeiros da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2.979 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2.710, da referida freguesia de Vieira de Leiria, com o número de processo 256/08, com data de entrada em 2008/07/15, apresentado por BRAUN'S SOHNE – PORTUGAL, LDA., com o NIPC 507540891, com sede na Rua dos Metalúrgicos, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico datado de 2014/06/13, a Câmara Municipal delibera notificar o requerente, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos do n.º 5 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – RJUE, designadamente por ausência de arruamento que confronte diretamente com a parcela de terreno a destacar, constante do processo camarário n.º 627-08 (pedido de certidão de destaque), não sendo viável a constituição das duas parcelas propostas a destacar e remanescente), inviabilizando, consequentemente, a presente pretensão.

Mais delibera informar que, nos termos do n.º 1 do art. 25.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, a pretensão poderá vir a ser deferida, caso o requerente, em sede de audiência prévia, se comprometa a realizar os trabalhos necessários ou a assumir os encargos inerentes à execução das infraestruturas em falta, bem como os encargos de funcionamento das mesmas por um período de 10 anos, nomeadamente as relativas às obras de urbanização que contemplem a execução de arruamento público de ligação da Rua Serração do Liz (atualmente uma rua sem saída) e a Rua das Samouqueiras (atualmente a terminar na Travessa da Indústria), a ser elaborado de acordo com as orientações dadas pelos respetivos serviços técnicos camarários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N. 599/14, DATADO DE 29/04/2014 – PC N.º 133/14, DATADO DE 29/04/2014 – MÁRIO RUI BARREIROS

544 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 599/14, datado de 2014/04/29, processo n.º 133/14, a solicitar o licenciamento de obra de ampliação de telheiro, no prédio sito na Rua da Marinha Grande, n.º 27, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha

Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3.112 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3.638, apresentado por **MÁRIO RUI BARREIROS**, com o NIF 157637379, residente na Rua da Marinha Grande, n.º 27, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico, datado de 2014/06/04, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a ser aprovado.

Após análise do pedido de licenciamento de obra de ampliação de telheiro, no prédio sito na Rua da Marinha Grande, n.º 27, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3.112 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3.638, da referida freguesia de Vieira de Leiria, com processo n.º 133/14, apresentado por MÁRIO RUI BARREIROS, com o NIF 157637379, residente na Rua da Marinha Grande, n.º 27, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico datado de 2014/06/04, a Câmara Municipal delibera notificar o requerente, nos termos do artigo 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos do n.º 1, alínea a) do artigo 24.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, por a construção projetada se situar numa área afeta aos recursos hídricos junto a linha de água, localizada junto das extremas norte e nascente do prédio, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 28º do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande – PDMMG, sendo a servidão em causa uma condicionante ao uso do solo, conforme alínea i) do n.º 1 do artigo 19º daquele Regulamento.

Mais delibera informar o requerente que deverá indicar o número dos processos camarários existentes referentes ao licenciamento do telheiro com 36,20 m2 e do muro de vedação, bem como outros elementos que possibilitem a sua identificação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N. 874/14, DATADO DE 12/06/2014 – PC N.º 157/14, DATADO DE 09/05/2014 – ÂNGELA RODNITCHI

545 - Presente requerimento n.º 874/14, datado de 2014/06/12, constante do processo camarário n.º 157/14, subscrito por **ÂNGELA RODNITCHI**, com o NIF 256003661, com residência na Rua dos Outeirinhos, n.º 100, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar o licenciamento da obra de ***“Legalização da alteração e ampliação de edificação existente”***, incidente sobre dois prédios urbanos sitos na Rua dos Outeirinhos, n.º 100 e 100-A, freguesia e concelho de Marinha Grande, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os n.ºs 725 e 11.037 e inscritos na matriz predial urbana sob os artigos n.ºs 6.412 e 8.720, respetivamente.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/06/24, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de *“Legalização da alteração e ampliação”*, incidente sobre dois prédios urbanos sitos na Rua dos Outeirinhos, n.º 100 e 100-A, freguesia e concelho de Marinha Grande, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os n.ºs 725 e 11.037 e inscritos na matriz predial urbana sob os artigos n.ºs 6.412 e 8.720, respetivamente, com o número de processo 157/14, com data de entrada em 2014/05/09, apresentado por ÂNGELA RODNOTCHI, com o NIF 256003661, com residência na Rua dos Outeirinhos, n.º 100, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico datado de 2014/06/24, a Câmara Municipal delibera notificar o requerente, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos do n.º 4 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, designadamente por a obra projetada ser suscetível de afetar *“... a estética das povoações, a sua adequada inserção no ambiente urbano ou a beleza das paisagens...”*, face ao impacto visual negativo apresentado pelo anexo a legalizar junto da Rua dos Outeirinhos, por não apresentar o alinhamento da fachada principal, estabelecido pelo alinhamento da fachada da moradia existente, e propor o revestimento da sua cobertura, em chapas metálicas tipo “sanduíche”, não contribuindo para melhorar a integração do conjunto do anexo/garagem, com o resto das edificações existentes na envolvente próxima.

Mais delibera informar que, a eventual alteração à proposta apresentada, deverá prever a modificação da configuração de parte da inclinação da cobertura do anexo, por forma a que o telhado do corpo principal, passe a dispor de uma água a escoar para o lado da frente do prédio, à semelhança da cobertura da habitação, permitindo reduzir assim o impacto visual negativo causado pela fachada principal, junto da via pública.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N. 903/14, DATADO DE 17/06/2014 – PC N.º 67/14, DATADO DE 07/03/2014 – JOSÉ ROSA SOARES

546 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 903/14, datado de 17/06/2014, apresentado por JOSÉ ROSA SOARES, com o NIF 121581926, com residência em Largo da Estação, n.º 54, lugar de Estação, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício objeto de obras de alteração licenciadas no âmbito do processo n.º 67/14.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 03/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 15

Presente parecer técnico datado 27/06/2014, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do n.º 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Avenida 1.º de Maio, n.º 232, lugar de Estação, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de JOSÉ ROSA SOARES com o NIF 121581926, com residência em Largo da Estação, n.º 54, lugar de Estação, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

1) Membros efetivos

Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra

2) Membros suplentes

Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Nuno Fernandes

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - REQ. N. 879/14, DATADO DE 13/06/2014 – PC N.º 180/13, DATADO DE 13/06/2013 – BATISTAMOLDES, LDA.

547 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 879/14, datado de 13/06/2014, apresentado por **BATISTAMOLDES, LDA.**, com o NIPC 509757839, com sede em Rua das Fontainhas, Pavilhões 4 e 5, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 180/13.

Presente parecer técnico datado 18/06/2014, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 65.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao às frações “D” e “E” do edifício sito na Rua das Fontainhas, lugar de Comeira, freguesia de Marinha Grande, propriedade de BATISTAMOLDES, LDA. com o NIPC 509757839, com sede em com sede em Rua das Fontainhas, Pavilhões 4 e 5, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

1) Membros efetivos

Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra

2) Membros suplentes

Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Nuno Fernandes

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - REQ. N. 775/12, DATADO DE 07/05/2012 – PC N.º 50/12, DATADO DE 22/02/2012 – JAIME MANUEL RASCÃO PIEDADE

548 - Presente processo de **legalização de alterações em edifício de habitação e comércio e instalação de estabelecimento de bebidas**, a realizar no edifício sito na rua José Moreira, n.º 37, Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 737, inscrito na Matriz Predial Urbana sob o n.º 2115, de que é requerente **JAIME MANUEL RASCÃO PIEDADE**, com o NIF 164996168, residente na Rua dos Pinheiros, n.º 3, Vieira de Leiria.

Presente informação técnica datada de 30/06/2014, propondo a notificação, em audiência prévia, ao abrigo dos artigos 100º e 101º do CPA, do projeto de caducidade do processo em causa.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 30/06/2014, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,

1- Considerando que o interessado, **Jaime Manuel Rascão Piedade**, com o NIF 164996168, residente na rua dos Pinheiros, n.º 3, Vieira de Leiria, foi notificado da deliberação final de deferimento do pedido de **licenciamento de uma obra de legalização de alterações em edifício de habitação e comércio e instalação de estabelecimento de bebidas**, a realizar no

edifício sito na rua José Moreira, n.º 37, Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 737, inscrito na Matriz Predial Urbana sob o artigo n.º 2.115, tomada em reunião camarária de 19/07/2012, através do ofício n.º 645/12, de 20/07/2012, rececionado a 24/07/2012;

2- Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, de acordo com o n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e a alteração dada pela Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro;

3- Considerando que o interessado tinha até ao dia 25/07/2013 para requerer a emissão do respetivo alvará, o que não fez;

4- Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística, nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;

5- Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 50/12, para legalização de alterações em edifício de habitação e comércio e instalação de estabelecimento de bebidas, a realizar no edifício sito na rua José Moreira, n.º 37, Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 737, inscrito na Matriz Predial Urbana sob o artigo n.º 2.115 delibera, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do CPA, notificar, o requerente, JAIME MANUEL RASCÃO PIEDADE, com o NIF 164996168, residente na Rua dos Pinheiros, n.º 3, Vieira de Leiria para se pronunciar, em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 10 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de caducidade da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - REQ. N. 1774/11, DATADO DE 01/09/2011 – PC N.º 304/08, DATADO DE 18/09/2008 – CONCEIÇÃO DE JESUS FERREIRA VARALONGA RAINHO

549 - Presente projeto de pedido de licenciamento referente à obra de **construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação**, a que foi atribuído o número de processo 304/08, a levar a efeito num prédio rústico localizado na Rua das Rosas, lugar de Pedra de Cima, Freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15.638, apresentado por **CONCEIÇÃO DE JESUS FERREIRA VARALONGA RAINHO**, com o NIF n.º 166359807, residente na Rua do Lavrador, n.º 25, localidade de Amor, freguesia de Amor e concelho de Leiria.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
03/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 15

Presente informação datada de 30/06/2014, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade da licença.

Considerando que:

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 12/05/2010, foi deferido o pedido de licenciamento da obra **construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação**, a que foi atribuído o número de processo 304/08, a levar a efeito num prédio rústico localizado na Rua das Rosas, lugar de Pedra de Cima, Freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15.638;
- A titular do processo de licenciamento nº 304/08, **CONCEIÇÃO DE JESUS FERREIRA VARALONGA RAINHO**, com o NIF 166359807, residente na Rua do Lavrador, n.º 25, localidade de Amor, freguesia de Amor e concelho de Leiria, foi regularmente notificado pelo ofício nº 240/14, datado de 24/02/2014, rececionado em 26/02/2014, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de decisão de declaração de caducidade do respetivo pedido de licenciamento, por não ter sido requerida a emissão do alvará no prazo previsto no n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE;
- Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja, até 19/03/2014;
- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de um ano previsto no n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual – RJUE, sem que a titular do processo nº 315/12, **CONCEIÇÃO DE JESUS FERREIRA VARALONGA RAINHO**, com o NIF 166359807, residente na Rua do Lavrador, n.º 25, localidade de Amor, freguesia de Amor e concelho de Leiria, tenha solicitado a emissão do respetivo alvará, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo n.º 5 do referido artigo 71.º do RJUE, delibera **DECLARAR A CADUCIDADE** do licenciamento referente à obra **construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação**, a que foi atribuído o número de processo 304/08, incidente sobre um prédio rústico localizado na Rua das Rosas, lugar de Pedra de Cima, Freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15.638, ao abrigo do referido no n.º 2 do mesmo artigo e diploma.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - REQ. N. 663/14, DATADO DE 08/05/2014 – PC N.º 204/2014, DATADO DE 08/05/2014 – M.A.I. - MARQUES AZEVEDO IMOBILIÁRIA, LDA

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 03/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 15

Assunto retirado da ordem do dia, para notificação do proprietário do imóvel sito na Rua Machado Santos, n.º 33, da freguesia e concelho da Marinha Grande.

19 - REQ. N.º 914/14, DATADO DE 18/06/2014 – PC N.º 214/14, DATADO DE 18/06/2014 – EDP – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A.

550 - Presente pedido de ocupação da via pública, com o registo n.º 914/14, datado de 18/06/2014, apresentado por EDP – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A., com o NIPC 504394029, para abertura de vala numa extensão de 20,00m, para execução de uma requisição de ligação, a levar a efeito em **Avenida Marginal**, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 06/05/2014, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o pedido de ocupação da via pública, apresentado por EDP – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A., com o NIPC 504394029, para abertura de vala numa extensão de 20,00m, para execução de uma requisição de ligação, a levar a efeito em Avenida Marginal, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra;
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos;
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Mais delibera informar a entidade que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 94.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, as obras de construção civil nas praias de S. Pedro de Moel, Praia da Vieira e Água de Madeiros, são suspensas do dia 1 de julho a 31 de agosto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - REQ. N.º 459/14, DATADO DE 31/03/2014 – PC N.º 102/14, DATADO DE 31/03/2014 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

551 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., com abertura de vala, para realização de trabalhos em subsolo, relativos à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a efeito

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 03/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 15

na Rua Álvaro Cunhal, n.º 17, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente deliberação de Câmara, datada de 03/04/2014, concedendo 15 dias à entidade requerente para que esta se pronunciasse, em sede de audiência prévia, quanto ao projeto de indeferimento da pretensão.

Presente informação técnica, datada de 30/06/2014, sobre o término do prazo concedido.

Considerando que:

- A entidade requerente foi notificada pelo nosso ofício nº 381/14, datado de 04/04/2014 e rececionado em 08/04/2014, para que se pronunciasse, em sede de audiência prévia, quanto ao projeto de indeferimento da pretensão;
- Para o efeito, foi concedido um prazo de 15 dias, ou seja, até 29/04/2014;
- Durante este prazo a entidade titular do pedido nada alegou;

A Câmara Municipal delibera INDEFERIR o pedido de ocupação da via pública com abertura de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a efeito na Rua Álvaro Cunhal, n.º 17, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes fundamentos:

“O pavimento em betuminoso encontra-se em bom estado de conservação, sem cortes ou reparações, devendo, por isso, ser encontradas soluções alternativas para a execução dos trabalhos.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - REQ. N.º 462/14, DATADO DE 31/03/2014 – PC N.º 105/14, DATADO DE 31/03/2014 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

552 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por **LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**, com abertura de vala, para realização de trabalhos em subsolo, relativos à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a efeito na **Rua 43, n.º 4**, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente deliberação de Câmara, datada de 03/04/2014, concedendo 15 dias à entidade requerente para que esta se pronunciasse, em sede de audiência prévia, quanto ao projeto de indeferimento da pretensão.

Presente informação técnica, datada de 30/06/2014, sobre o término do prazo concedido.

Considerando que:

- A entidade requerente foi notificada pelo nosso ofício nº 383/14, datado de 04/04/2014 e rececionado em 08/04/2014, para que se pronunciasse, em sede de audiência prévia, quanto ao projeto de indeferimento da pretensão;
- Para o efeito, foi concedido um prazo de 15 dias, ou seja, até 29/04/2014;
- Durante este prazo a entidade titular do pedido nada alegou;

A Câmara Municipal delibera INDEFERIR o pedido de ocupação da via pública com abertura de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a efeito na Rua 43, n.º 4, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes fundamentos:

“O pavimento da faixa de rodagem é em betuminoso e encontra-se em bom estado de conservação. Este arruamento foi alvo de beneficiação profunda que conduziu à reformulação integral dos pavimentos no âmbito da execução das obras de urbanização do processo de loteamento n.º 378/09. Foi também no âmbito das obras de urbanização deste loteamento que foi executada a rede de gás do arruamento.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22 - “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA – CP n.º 06/2010” – APLICAÇÃO DE SANÇÃO CONTRATUAL POR ATRASO NA CONCLUSÃO DA EXECUÇÃO DA OBRA – DELIBERAÇÃO FINAL.

553 - Na sequência da deliberação camarária, de 22 de maio passado, foi a empresa Habitâmega - Construções, SA, notificada para se pronunciar, querendo, em sede de audiência prévia, sobre a intenção de aplicação de sanção contratual por atraso na conclusão da obra.

Não foi recebida qualquer resposta, alegação ou reclamação no prazo legalmente estabelecido.

Presente informação da DISU com a ref. AR.02.2014, na qual se propõe a aplicação de sanção contratual por atraso na conclusão da execução da obra de REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA, no valor de 445.998,00€ (quatrocentos e quarenta e cinco mil, novecentos e noventa e oito euros).

Considerando o disposto no artigo 403º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, segundo o qual “em caso de atraso na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, o dono de obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 1 ‰ do preço contratual...”.

Considerando que a firma adjudicatária não apresentou, em sede de audiência prévia escrita, quaisquer alegações sobre a intenção de a Câmara Municipal aplicar a sanção contratual por atraso na conclusão da execução da obra.

Assim, realizada a audiência prévia, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.ª AR.02.2014, que fica anexa (Anexo 1) e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera aplicar a sanção contratual por atraso na conclusão da execução da obra, por facto imputável ao empreiteiro, no valor de 445.998,00 € (quatrocentos e quarenta e cinco mil, novecentos e noventa e oito euros), da empreitada de

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
03/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 15

“REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA”, adjudicada à firma “Habitâmega - Construções, SA”, ao abrigo do disposto no artigo 403.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos e na Cláusula 11.ª do Caderno de Encargos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

"Voto favoravelmente, salientando que está em causa o interesse público. Apresento um lamento pela inércia política do executivo na gestão deste processo, designadamente quanto às fragilidades ocorridas com a empresa, as quais deram azo aos sucessivos atrasos da obra, na tomada de decisões atempadas e no facto de, até ao momento, não ter apresentado um programa de acção para este espaço de promoção cultural."

O Sr. Vereador Paulo Vicente proferiu a seguinte declaração de voto:

"Reitero a declaração de voto proferida aquando da primeira deliberação, em 22/05/2014".

23 - ESPAÇOS DO CIDADÃO. PROPOSTA DE PROTOCOLO.

Assunto retirado da ordem do dia, para melhor análise, devendo ser agendado para a próxima reunião.

24 - REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA. NÃO RECEPÇÃO PROVISÓRIA.

554 - Presente Auto de não recepção provisória da obra de “Requalificação do Património Stephens – Casa da Cultura - Concurso Público nº. 06/10”, adjudicada por deliberação de Câmara Municipal de vinte e cinco de novembro de dois mil e dez, à empresa “Habitâmega - Construções, S.A.”.

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a obra não se encontra em condições de ser recebida provisoriamente por apresentar os seguintes defeitos de execução:

- Retificação da estereotomia das fachadas, poente e sul, em pedra grampeada,
- Retificação aos encaixes dos painéis de revestimento de caixa de platibanda em policarbonato da zona técnica da cobertura,
- Retificação das manchas que se encontram na superfície em gesso cartonado da plateia, paredes inferiores nascente e poente junto à boca de cena;

delibera aprovar o auto supra referido de acordo e para os efeitos do previsto no artigo 396.º, do Código dos Contratos Públicos, devendo os trabalhos, necessários às retificações referidas, estar concluídos até ao dia 04 de julho de 2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

25 - ALIENAÇÃO DE TERRENO – CONDIÇÕES DA HASTA PÚBLICA

555 - Presente deliberação da Assembleia Municipal datada de 27-06-2014, que desafetou um caminho público, sito na Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande, do domínio público municipal, tendo o mesmo passado a integrar o domínio privado disponível do Município.

Presente relatório de avaliação do imóvel a alienar.

- Considerando que a Assembleia Municipal deliberou, na sua sessão de 27-06-2014, desafetar o caminho público, situado na Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande, que confronta a sul com a Ribeira do Tecelão, a norte com Rua 1.º de Janeiro, a nascente com Carfi – Fábrica de Plásticos e Moldes, S.A. e a poente com caminho-de-ferro, com a área de 1.096,50 m2, do domínio público municipal, passando o mesmo a integrar o domínio privado disponível do Município, por o mesmo ter deixado de ser utilizado pela população;

- Considerando que na prossecução das suas atribuições, mormente de ordenamento do território, o Município deve tomar as medidas necessárias para garantir uma adequada organização e utilização do mesmo, com vista ao seu desenvolvimento económico, social e cultural e consequentemente à sua valorização;

- Considerando que a diminuta dimensão do prédio, bem como a sua localização – situado entre o caminho-de-ferro, uma propriedade privada e uma ribeira que o estrangulam – não permitem que o Município retire qualquer utilidade pública do mesmo;

- Considerando que a inclusão daquele prédio no domínio disponível do Município permite a sua livre disposição;

- Considerando que face à natureza do bem em causa – propriedade de um ente público - a sua alienação deve seguir as regras concursais, ou seja, hasta pública;

- Considerando que compete à Câmara Municipal alienar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG – retribuição mínima mensal garantida – de acordo com a alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

A Câmara Municipal delibera, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alienar, em hasta pública o prédio sito na Amieirinha,

freguesia e concelho da Marinha Grande, que confronta a sul com a Ribeira do Tecelão, a norte com Rua 1.ª de Janeiro, a nascente com Carfi – Fábrica de Plásticos e Moldes, S.A. e a poente com caminho-de-ferro, com a área de 1.096,50 m², que melhor se identifica através de planta que se anexa.

A Câmara Municipal delibera, ainda, fixar os seguintes termos de realização da hasta pública:

1. A hasta pública deve ser publicitada, com a antecedência mínima de quinze dias contínuos, num jornal local, no sítio de internet do Município e através de afixação de editais nos lugares de estilo.
2. O valor base de licitação é de 2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros).
3. As propostas devem ser apresentadas em sobrescrito fechado, identificando-se no exterior do mesmo o nome do proponente e o prédio a alienar, que, por sua vez, é encerrado num segundo sobrescrito dirigido ao presidente da Comissão, e endereçado ao Município da Marinha Grande, Praça Guilherme Stephens, 2430-522 Marinha Grande.
4. As propostas podem ser entregues pessoalmente ou enviadas por correio, sob registo, devendo ser elaborada lista das propostas apresentadas e ordenada de acordo com a respetiva apresentação.
5. As propostas a apresentar devem indicar um valor para arrematação do imóvel superior à base de licitação.
6. A apresentação das propostas referidas no n.º anterior deve ocorrer até às 17:00 horas do dia útil imediatamente anterior à data da realização da hasta pública.
7. A praça realiza-se pelas 10:00 horas, no Salão Nobre do Município da Marinha Grande, sito na Praça Guilherme Stephens, no dia útil seguinte ao termo do prazo para apresentação de propostas em sobrescrito fechado.
8. A praça inicia-se com a abertura das propostas recebidas, se existirem, havendo lugar a licitação, a partir do valor da proposta mais elevada, ou, se não existir qualquer proposta, a partir do valor base de licitação.
9. Podem intervir na praça os interessados ou seus representantes, devidamente identificados, e, no caso de pessoas coletivas, habilitados com poderes bastantes para arrematar, independentemente da apresentação de proposta em sobrescrito fechado.
10. O valor do lance mínimo é fixado em 5% do valor base da licitação.
11. A licitação termina quando o presidente da comissão tiver anunciado por três vezes o lance mais elevado e este não for coberto.

12. Se não tiver havido apresentação de propostas válidas, nem licitação, o imóvel pode ser adjudicado provisoriamente a quem, no ato da praça, fizer a melhor oferta de preço não inferior à base de licitação anunciada.
13. Terminados os procedimentos enumerados, o lote é adjudicado provisoriamente pela comissão, a quem tiver oferecido o preço mais elevado, que deverá de imediato proceder ao pagamento de 25 % do valor de adjudicação a título de sinal e declarar se a aquisição do imóvel é para pessoa a designar no prazo de dez dias úteis.
14. No final da praça, será elaborado o respetivo auto de arrematação que deve ser assinado pelos membros da comissão e pelo adjudicatário provisório.
15. O adjudicatário provisório deve apresentar os documentos comprovativos de que se encontra em situação regularizada perante o Estado em sede de contribuições e impostos, bem como relativamente à sua situação contributiva para com a segurança social, no prazo de dez dias úteis a contar da data da adjudicação provisória. A não apresentação dos documentos, por motivo imputável ao adjudicatário provisório, implica a não adjudicação definitiva.
16. A decisão de adjudicação definitiva ou de não adjudicação compete à Câmara Municipal, devendo dela ser notificado o adjudicatário, por carta registada com aviso de receção, no prazo de 30 dias úteis a contar da adjudicação provisória.
17. Pode não haver lugar à adjudicação provisória ou definitiva quando haja fundados indícios de conluio entre os proponentes ou qualquer outra causa justificativa.
18. O pagamento da parte restante do preço (75%), deve ser efetuado na data da outorga da escritura pública de compra e venda, a realizar no prazo de sessenta dias úteis a contar da data da adjudicação definitiva, salvo motivo de força maior. Esgotado este prazo, a arrematação ficará sem efeito perdendo o adjudicatário o valor do sinal pago.
19. Todas as despesas decorrentes da alienação são de conta do adjudicatário.
20. O não cumprimento pelo adjudicatário dos procedimentos ou obrigações antes enunciadas implica a perda de quaisquer direitos eventualmente adquiridos sobre o imóvel, bem como das importâncias já entregues.
21. A prestação de falsas declarações ou a falsificação de documentos apresentados implica a exclusão da hasta pública, bem como a anulação da adjudicação, no caso de o imóvel lhe ter sido adjudicado, perdendo as quantias já entregues, sem prejuízo de participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal.
22. Verificando-se a situação prevista nos n.ºs 20 ou 21, ou quando por outra causa não haja lugar à competente adjudicação definitiva, o imóvel pode ser adjudicado ao

interessado que apresentou a proposta ou o lance de que resultou o valor de arrematação imediatamente inferior, desde que superior à base de licitação.

A comissão que dirige a hasta pública tem a seguinte composição:

Presidente – Inês Marrazes, chefe da Divisão de Ordenamento do Território;

1.^a Vogal – Vânia Santos, assistente administrativa;

2.^a Vogal – Carlos Duarte, fiscal municipal;

Suplentes:

- Susana Silva, chefe da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, que substitui nas suas faltas e impedimentos, a Presidente da comissão;

- Eva Costa, assistente administrativa, que substitui, nas suas faltas e impedimentos a 1.^a vogal;

- Álvaro Letra, fiscal municipal, que substitui, nas suas faltas e impedimentos o 2.^o vogal.

Os efeitos da presente deliberação ficam condicionados ao registo do prédio em causa na Conservatória do Registo Predial.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

26 - RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – REQUERENTE: PEDRO NUNO GRÁCIO VINAGRE

556 - Presente Informação jurídica n.º 963/2014, de 30.06.2014, a qual conclui que não se encontram preenchidos os requisitos legais da responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito do Município da Marinha Grande (anexo V);

Presente informação da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, de 30.06.2014 e os seguintes anexos: planta de localização do buraco e da sinalização de perigo e duas imagens da sinalização de perigo existente na Rua das Cavadas, freguesia da Marinha Grande (anexo IV);

Presente participação de acidente efetuada por Pedro Nuno Grácio Vinagre na esquadra da Marinha Grande da Polícia de Segurança Pública, enviada pela P.S.P. – Esquadra da Marinha Grande a esta Câmara Municipal, à qual corresponde o registo de entrada n.º 2080/2014, de 10.03.2014 (anexo III)

Presente Informação da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, de 18.03.2014 e fotocópia de folha de serviço, do sector de redes viárias e trânsito da Divisão de Infraestruturas e Redes Municipais (Anexo II)

Presente requerimento n.º E/3265/2014, de 21.04.2014, enviado via e-mail por Pedro Nuno Grácio Vinagre, no qual, entre outros, junta fatura e recibo digitalizados respeitantes a reparação no veículo automóvel ligeiro de passageiros, com a matrícula 82-FF-59 e requer

indemnização no valor total de 135,27 € correspondente ao valor de reparação do dano alegadamente causado em pneu do referido veículo automóvel ligeiro de passageiros, em 15 de fevereiro de 2014, pelas 22h40m, ao embater num buraco existente na Rua das Cavadas – sentido Albergaria/Picassinos. (anexo I).

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da informação n.º 963/2014, de 30.06.2014, que fica anexa (Anexo 2) à presente ata e que aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera notificar o requerente Pedro Nuno Grácio Vinagre do presente projeto de decisão final de indeferimento do seu pedido, concedendo-lhe o prazo de 10 dias úteis a contar do recebimento da notificação para, querendo, dizer por escrito o que se lhe oferecer sobre o mesmo, nos termos do previsto nos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

27 - REQUALIFICAÇÃO DA RUA DAS LARANJEIRAS – PASSAGEM DE COLETOR

557 - Considerando que para o desenvolvimento da empreitada designada de “Requalificação da rua das Laranjeiras” se torna imprescindível a cedência de passagem em propriedade particular para execução de coletor doméstico;

Considerando que foi possível chegar a acordo com Maria Jorge Mendes, NIF 130941409 (Cabeça de Casal da herança de António da Conceição Jorge), relativamente ao prédio rústico inscrito na respetiva matriz sob o artigo nº. 6298, que confronta a norte com Joaquim Cruz, a sul com Madalena Baridó, a nascente com Caminho e a poente com Joaquim Vaz;

Considerando que a Cabeça de Casal da herança de António da Conceição Jorge autoriza a passagem do coletor doméstico na sua propriedade, tendo como contrapartida a ligação ao seu imóvel, que confina com a propriedade, a título gratuito.

Assim, a Câmara Municipal, obtida a expressa anuência da Cabeça de Casal da herança de António da Conceição Jorge, de acordo com a ficha anexa (Anexo 3), delibera aprovar a execução e instalação, com caráter permanente e não oneroso, de um coletor doméstico no prédio rústico, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo n.º 6298, a favor de António da Conceição Jorge, obrigando-se a proceder à ligação do colector ao imóvel da Cabeça de Casal da herança de António da Conceição Jorge.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

28 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

558 - A Moher-Associação para o Desenvolvimento de S. Pedro de Moel, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

-Licença especial de ruído para realização de Torneio de Futebol de Praia nos dias 12 e 13 de julho de 2014;

A Associação de Promoção Social, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

-Licença especial de ruído para realização da Festa de encerramento do ano lectivo no dia 11 de julho de 2014;

- Utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal para realização do evento;

- Recintos improvisados para realização do evento;

A Associação Social e Cultural e Desportiva de Casal Galego, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

-Licença especial de ruído para realização de arraial popular nos dias 19 e 20 de julho de 2014;

-Autorização para utilização das vias públicas para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal para o arraial;

O Sport Império Marinhense, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para realização das atividades a seguir elencadas:

-Licença especial de ruído, para realização de festa de arraial nos dias 11, 12 e 13 de julho de 2014;

-Licença para colocação de publicidade alusiva aos eventos

O SPM – Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Moel, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para realização da atividade a seguir elencadas:

-Licença especial de ruído para realização do 2º Sunset Trail;

-Autorização para utilização das vias públicas para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal para realização da atividade;

-Ocupação do domínio publico;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 03/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 15

A Associação Cultural e Recreativa da Comeira, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para realização das atividades a seguir elencadas:

-Licença especial de ruído, para realização de festa de arraial nos dias 11, 12 e 13 de julho de 2014;

Presentes informações nºs 45/AF, 46/AF, 47/AF, 48/AF, 49/AF e 50/AF de 30 de junho de 2014, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar a Moher-Associação para o Desenvolvimento de S. Pedro de Moel, a Associação de Promoção Social, a Associação Social e Cultural e Desportiva de Casal Galego, o Sport Império Marinhense, a SPM – Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Moel e a Associação Cultural e Recreativa da Comeira, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças de ruído, da licença de instalação e funcionamento de recinto improvisado, da autorização para utilização das vias públicas para realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal, ocupação de domínio público e das licenças para colocação de publicidade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

29 - FRAÇÃO HABITACIONAL ANTERIORMENTE PROPRIEDADE DO IGAPHE – REGIME DE PROPRIEDADE RESOLÚVEL – VENDA DE FRAÇÃO AO MORADOR MARIA ALDINA FERNANDES FRANCISCO, RESIDENTE NO 4.º ANDAR DIREITO DO BLOCO 7, SITO NA AVENIDA DA LIBERDADE, CASAL DE MALTA.

559 - Por escritura pública celebrada em 03/12/2003, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 199/2002, de 25 de Setembro, foi efetuada a transferência patrimonial do IGAPHE – Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado para o Município da Marinha Grande, dos direitos e obrigações sobre as frações autónomas sitas nas freguesias da Marinha Grande e de Vieira de Leiria e descritas no documento complementar anexo à referida escritura.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
03/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 15

Considerando que, nos termos da cláusula 2ª, nº 1, alínea a) da mencionada escritura, o Município aceitou, *“...a partir da data da respectiva transmissão a responsabilidade pelos direitos e obrigações...”* decorrentes dos contratos *“...de venda em propriedade resolúvel, escritos ou verbais, celebrados pelo IGAPHE ou pelas entidades que o antecederam na titularidade daquele património.”*

Considerando que, em 02/02/2004 foi recebido nesta Câmara Municipal ofício do IGAPHE, registado com o n.º de entrada 935, com a epígrafe “Transferência dos Bairros do IGAPHE para a Câmara Municipal da Marinha Grande”, através do qual foi anexada *“listagem dos moradores em propriedade resolúvel e respectivas prestações”*.

Considerando que, da referida listagem consta o processo do morador-adquirente José Silva Saraiva;

Considerando que, a habitação correspondente ao 4.º andar direito do bloco 7 sito na Avenida da Liberdade, foi objeto de atribuição em 1980, ao morador acima indicado, à data casado com Maria Aldina Fernandes Francisco;

Considerando que, da consulta ao processo resulta que todas as partes intervenientes no mesmo (IGAPHE, Município da Marinha Grande e morador), sempre atuaram ao abrigo do regime da propriedade resolúvel, nomeadamente em matéria de pagamento das prestações, fixação do prazo limite de pagamento das mesmas para efeitos de extinção do referido regime;

Considerando que, o direito da casa de morada de família, da qual o casal era titular, foi atribuído à ex-cônjuge mulher, conforme consta na 1.ª ata de conferência de divórcio por mútuo consentimento, datada de 21 de dezembro de 1990;

Considerando que, o casamento entre o morador-aquirente e Maria Aldina Fernandes Francisco Saraiva foi dissolvido, por sentença de divórcio, em 11 de junho de 1991;

Considerando que, desde então, foi Maria Aldina Fernandes Francisco Saraiva quem sempre assumiu o pagamento das prestações mensais;

Considerando que, de acordo com o regime legal aplicável (Decreto-Lei n.º 167/93, de 17 de maio), com o pagamento da última prestação extingue-se o regime de propriedade resolúvel, sendo o facto averbado no título de aquisição e adquirindo-se a propriedade plena do imóvel;

Considerando que, de acordo com a respetiva listagem enviada pelo IGAPHE (aquando da transferência do património imobiliário), no período compreendido entre 1 de julho de 1980 a 10 de maio de 2005, foram pagas todas as prestações mensais devidas;

Considerando que, de acordo com a DIFTI, o total de prestações pagas perfaz, à data de hoje, um montante de 7.287,80€ (sete mil duzentos e oitenta e sete euros e oitenta cêntimos);

Considerando que, foi cumprido o prazo limite de pagamento da última prestação, conforme comprovativo existente no processo individual;

Considerando que, o IGAPHE nunca promoveu a celebração de escritura pública;

Considerando que, a interessada não possui qualquer título de propriedade;

Considerando que, o referido imóvel, por força da transferência, já está registado a favor do Município;

A Câmara, analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea g) do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o número 4 do art.2º do Decreto-Lei nº 167/93, de 07 de Maio, alienar a fração autónoma designada pela letra A, correspondente ao quinto piso direito (quarto andar), lado sul, destinada a habitação, tipo T3, do prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal, situado na Avenida da Liberdade, bloco 7, descrito na Conservatória do Registo Predial deste concelho sob o número 7827 “A”, registada a favor do Município da Marinha Grande pela inscrição G-1, afeta ao regime de propriedade horizontal nos termos da inscrição F-1, inscrita na matriz sob o artigo 13426 “A”, pelo valor de 7.287,80€ (sete mil duzentos e oitenta e sete euros e oitenta cêntimos), já integralmente recebidos, uma vez que o valor do mesmo não ultrapassa 1000 vezes a R.M.M.G., a Maria Aldina Fernandes Francisco, residente no 4.º andar direito do bloco 7 sito na Avenida da Liberdade, contribuinte fiscal número 128 581 123, celebrando por tal a respetiva escritura pública.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

30 - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012 COM O TEXTO “PEDIDO DE SUBSÍDIO ANUAL EFETUADO PELA ASSOCIAÇÃO NOVO OLHAR II PARA SUPORTE DAS DESPESAS DECORRENTES DO TRABALHO DESENVOLVIDO PELO CENTRO SÓCIO SANITÁRIO PORTA AZUL”

560 - Nos termos da deliberação de câmara de 13 de dezembro de 2012, foi atribuído um apoio financeiro à Associação Novo Olhar II, no valor de 15.000,00€ (quinze mil euros) para suportar as despesas decorrentes do trabalho desenvolvido pelo Centro Sócio Sanitário Porta Azul no ano de 2012 (Anexo I).

Considerando que a entidade deveria, obrigatoriamente, evidenciar a realização e concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e apresentar um relatório de

receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto, até ao final do 1.º trimestre de 2013, referente ao apoio do ano de 2012.

Considerando que a entidade Novo Olhar II foi constituída em 16 de maio de 2012, sendo que apenas iniciou a atividade em 5 de setembro de 2012, não possuindo por isso capacidade para apresentar comprovativos de despesas até ao termo do 1.º trimestre de 2013.

Considerando que a entidade procedeu ainda à candidatura de novo apoio para o ano de 2013, nos termos do Regulamento municipal de atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza, social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, registada com o n.º E/2447/2013 (Anexo II).

Considerando que o projeto desenvolvido por esta entidade é de relevante importância para o concelho.

Considerando por fim que a entidade deve apresentar e comprovar a utilização integral da verba atribuída pelo município.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera alterar a deliberação de 13 de dezembro de 2012, nos seguintes termos:

Assim,

onde consta “(...), atribuir um subsídio, no valor de 15.000,00€ (quinze mil euros) à Associação Novo Olhar II, contribuinte fiscal número 510 280 013, com sede em Avenida 1.º de Maio, n.º 108 traseiras, 2430-210 Marinha Grande, para fazer face às despesas inerentes e decorrentes do trabalho desenvolvido no âmbito do Centro Sócio Sanitário.”

deve ser alterado para “(...), atribuir um subsídio, no valor de 15.000,00€ (quinze mil euros) à Associação Novo Olhar II, contribuinte fiscal número 510 280 013, com sede em Avenida 1.º de Maio, n.º 108 traseiras, 2430-210 Marinha Grande, para fazer face às despesas inerentes e decorrentes do trabalho desenvolvido no âmbito do Centro Sócio Sanitário, nos anos de 2012 e 2013”.

Delibera ainda que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização e concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e a apresentar um relatório de receitas e despesas, que incluam esse mesmo objeto, respeitante aos anos de 2012 e 2013, no prazo de 30 dias, contados após notificação da presente deliberação.

Mais delibera que a candidatura ao apoio financeiro, nos termos do Regulamento municipal de atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza, social, cultural,

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 03/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 15

desportiva, recreativa ou outra, registada com o n.º E/2447/2013, não seja considerada válida.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

31 - ANULAÇÃO DE GUIAS – DIVISÃO DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO

561 - Presente a informação interna n.º 940, de 26 de junho de 2014, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, em cumprimento do despacho presente na informação interna, SB 26 de 22 de maio de 2014, da Divisão Financeira e de Tecnologias da Informação, dando conta da necessidade de se proceder à anulação de uma guia de receita, referente à compra de senhas de Alimentação Escolar.

O lapso foi detetado de imediato pelo serviço emissor (DCD - Divisão de Cidadania e Desenvolvimento), contudo a guia já estava conferida.

Considerando que a Divisão de Cidadania e Desenvolvimento analisou e comprovou a veracidade dos factos.

Considerando tratar-se de valores emitidos erradamente por um dos serviços emissores desta Câmara Municipal.

A Câmara Municipal apreciou o exposto e delibera, ao abrigo da alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proceder-se à anulação da guia de receita n.º 12885 de 2014, pelo motivo constante na tabela infra.

GUIAS A ANULAR

Nº GUIA/ANO	NOME ALUNO	CONTRIBUINTE	MOTIVO/SERVIÇO EMISSOR
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR			
12885/2 - 2014	Pedro Miguel Alexandre Barroso	255599706	Valor unitário errado / DCD Anexo I

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

32 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS: ÁREA DESPORTO

Assunto retirado da ordem do dia por se encontrarem em falta documentos.

33 - PROGRAMA DE ATIVIDADE FÍSICA 3.ª IDADE – 2014 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO

562 - Presente informação n.º 943/2014 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de junho de 2014, na qual se dá conta da entrega dos formulários de adesão ao Programa de Actividade Física para a 3.ª Idade de 2014 e consequente atribuição de apoios as entidades do Concelho que se propuseram a desenvolver o Programa de Actividade Física da 3ª Idade de Janeiro a Dezembro do presente ano.

Considerando que são admitidas candidaturas ao Programa de Desenvolvimento da Actividade Física para a 3.ª Idade a entidades sem fins lucrativos, sediadas no concelho da Marinha Grande e que desenvolvem a sua actividade exclusivamente na mesma.

Considerando a actividade Física como um importante meio de prevenção e promoção da saúde dos idosos.

Considerando que os contratos programa devem obrigatoriamente ser reduzidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Tendo em conta a necessidade de celebração dos contratos programa de desenvolvimento desportivo, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo (**Anexo 4**) à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Assim, a Câmara Municipal delibera, no uso das atribuições dos tempos livres e desporto, nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º e no uso das competências definidas pela alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, proceder à atribuição de um subsídio de 1.500.00 € (mil e quinhentos euros) e aprovar o contrato programa de desenvolvimento desportivo, em anexo, com as entidades mencionadas no seguinte quadro:

Entidade	NIF	Valor
Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	501 540 563	1.500 Euros
Clube Desportivo Moitense	501 216 049	1.500 Euros
Sport Operário Marinhense	501 417 702	1.500 Euros

O referido apoio tem cabimento na rubrica 2014/A/79 do Plano de Actividades Municipais para o corrente ano.

Delibera ainda que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização e concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e a apresentar um relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto, até ao 1 de março de 2015.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 03/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 15

A entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui, nesta data, a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Considero fundamental a promoção do exercício físico para todos, em especial para a terceira idade. No entanto, discordo deste programa de actividade física para a 3.ª idade, porque define um subsídio igual para todas as entidades, não fazendo a discriminação positiva em função do número de utentes, do tipo de actividades, do número de horas semanais. Ou seja, entendo que seria mais justo se o apoio financeiro fosse pago em função do serviço que cada instituição presta. Apenas como exemplo não devia ser dado o mesmo apoio a uma instituição que tenha um atividade de uma hora num único dia da semana com cinco elementos, comparativamente a outra com atividades diárias de algumas horas, com dezenas de utentes e diversos técnicos envolvidos.”

34 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia dois de julho de dois mil e catorze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **6.043.166,90 €** (seis milhões, quarenta e três mil, cento e sessenta e seis euros e noventa cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

563 - De acordo com o previsto no art.º 19º do Código do Procedimento Administrativo, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:

35. RECEÇÃO PROVISÓRIA

36. APROVAÇÃO DA TABELA DE COMPARTICIPAÇÃO FAMILIAR - ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – ANO LETIVO 2014/2015

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

35 - RECEÇÃO PROVISÓRIA

564 - Presente Auto de Receção Provisória da obra “Construção da ciclovía e beneficiação da estrada Atlântica - Concurso Público nº. 01/2013”, adjudicada por deliberação de Câmara, de 25 de Julho de 2013, à empresa “CONTEC – Construção e Engenharia, S.A.”.

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a obra foi executada de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber provisoriamente a obra antes enunciada, de acordo e para os efeitos do previsto no artigo 394º. do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

36 - APROVAÇÃO DA TABELA DE COMPARTICIPAÇÃO FAMILIAR - ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – ANO LETIVO 2014/2015

565 - Presente a informação n.º 935, de 26 de junho de 2014, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento dando conta da necessidade de aprovação da Tabela das Comparticipações Familiares relativas à valência de Prolongamento de Horário das Atividades de Animação e de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da Rede Pública do concelho da Marinha Grande, para o próximo ano letivo 2014/2015.

Considerando que cabe aos serviços da Câmara Municipal a definição e atualização das comparticipações financeiras das famílias, pela utilização dos serviços das Atividades de Animação e de Apoio à Família, em cumprimento das normas reguladoras que anualmente são legisladas pelo Ministério da Educação, em harmonia com o Anexo ao Despacho Conjunto n.º 300/97, de 9 de setembro, do Ministério da Educação e Ministério da Solidariedade e Segurança Social.

Considerando que o valor mensal da comparticipação familiar é calculado em função do posicionamento do escalão do Abono de Família, atribuído de acordo com os serviços da Segurança Social, bem como as normas definidas anualmente pelo Ministério de Educação, para cálculo dos subsídios no âmbito da Ação Social Escolar.

A Câmara apreciou a informação e delibera, ao abrigo da alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, conjugada com o n.º 1 do art.º 12.º do Despacho Conjunto n.º 300/97, de 9 de Setembro do Ministério da Educação e Ministério da Solidariedade e Segurança Social, aprovar a tabela de Comparticipação Familiar pela

Mandato de 2013/2017
Ata nº 15

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 14:10 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Secretária da reunião